

FINANCIAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

Marko Svec Silva¹
Noelio Dantaslé Spínola²

RESUMO

Este texto resulta de uma pesquisa realizada no período de 2016 a 2018, tomando como marco territorial o estado da Bahia. Objetivou analisar de que forma o crédito concedido pelos agentes de desenvolvimento, atuantes na região, à empreendedores e municípios, contribuiu para o desenvolvimento regional, gerando melhoria da qualidade de vida da população local entre 2010 e 2014. No referencial teórico de suporte à análise foram examinadas as principais teorias relacionadas ao papel do crédito como elemento necessário para o desenvolvimento. Além disto, a abordagem sobre Bancos Públicos possibilitou a segregação dos agentes de crédito segundo seu nível de aderência aos propósitos diretos de promoção do desenvolvimento. Do ponto de vista metodológico, para esta análise, foram realizados levantamentos bibliográficos de publicações realizadas pelos agentes financeiros, pelo governo federal e do estado da Bahia além de extração de dados nos sítios das principais fontes relacionadas como o Banco Central do Brasil – BACEN, a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia – SEFAZ, a Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia – SEI, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES, o Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB e da DESENBAHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A. Em termos conclusivos, a pesquisa indicou que no período analisado as instituições de fomento atuantes na Bahia apresentaram: preferência pela liquidez, porém com equilíbrio de portfólio entre as aplicações de curto e longo prazo; cobertura parcial das falhas de mercado com concentração de recursos em grandes empresas e redução da aplicação de recursos em infraestrutura e saúde. Quanto ao apoio à política anticíclica foi observado que 35% do território baiano sofreu redução de recursos entre 2010 e 2014. As variações do valor adicionado apuradas setorialmente destacaram correlações diretas e negativas em 43% dos territórios de identidade localizados, em sua maioria, na Região do Semiárido; a Região Metropolitana de Salvador, excetuando-se a capital, foi a única que teve redução do PIB *per capita* apesar do volume de financiamento e fomento ter sido elevado no mesmo período. Observou-se que o Valor Adicionado à indústria sofreu queda no período e os montantes de fomento foram alocados fortemente em empresas transportadoras de insumos deste território para o Sul/Sudeste e dos recursos de fomento aplicados não se identificaram investimentos significativos nas áreas de educação e saúde.

Palavras-chave: Crédito Políticas públicas; Desenvolvimento; Economia Regional; Fomento.

¹ Mestre em Direito Governança e Políticas Públicas, Universidade Salvador. Especialista em Gerenciamento de Projetos. Gerente Comercial da Agência de Fomento do Estado da Bahia, Brasil <markosvec@gmail.com>

² Decano do Corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano – PPDRU/UNIFACS. Pós-doutor em Sociologia da Cultura. Doutor em Geografia. Editor-Chefe da Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE. Coordenador do Grupo de Estudos da Economia Regional e Urbana – GERURB/PPDRU/UNIFACS. <noelio.spinola@unifacs.br>



DEVELOPMENT FINANCING

ABSTRACT

This text results from a survey conducted in the period 2016 to 2018, taking as territorial landmark the state of Bahia. The objective was to analyze how the credit granted by development agents, active in the region, to entrepreneurs and municipalities contributed to regional development, generating improvement in the quality of life of the local population between 2010 and 2014. No Theoretical framework of support for the analysis were examined the main theories related to the role of credit as a necessary element for development. In addition, the approach to public banks allowed the segregation of credit agents according to their level of adherence to the direct purposes of promoting development. From the methodological point of view, for this analysis, bibliographic surveys of publications carried out by the financial agents, the federal government and the state of Bahia, as well as the extraction of data from the sites of the main sources Related as the Central Bank of Brazil – BACEN, the Treasury secretariat of the State of Bahia – SEFAZ, the Superintendence of economic studies of Bahia – SEI, the National Bank for Social Economic development – BNDES, the Bank of northeastern Brazil S/A – BNB and the DESENBÁHIA-Development Agency of the State of Bahia S/A. In conclusive terms, the research indicated that in the period analyzed the funding institutions operating in Bahia presented the following behaviors: preference for liquidity, but with balance of Portfolio between short-and long-term applications; Partial coverage of market failures with concentration of resources in large companies and reduction of the application of resources in infrastructure and health; Regarding the support for the anti-cyclical policy, it was observed that a significant part, 35% of the Bahia territory, suffered a reduction in resources between 2010 and 2014. The variations of the value added setorially highlighted direct and negative correlations in 43% identity territories mostly located in the Semiarid Region; The Metropolitan Region of Salvador, except for the capital, was the only one that had a reduction in GDP per capita despite the volume of financing and funding being elevated in the same period. It was observed that the value added to the industry suffered a decline in the period and the funding amounts were heavily allocated to carriers in this territory and the funding resources applied did not identify significant investments in Areas of education and health.

Keywords: Credit; Public policies; Development; Regional economy; Fostering.

JEL: O11; O21.

1 INTRODUÇÃO

Desde a eclosão da crise financeira mundial de 2008 os governos têm adotado políticas para reforçar o controle e monitoramento dos recursos creditícios. No Brasil, o arcabouço regulatório do Sistema Financeiro Nacional – SFN, mesmo já tendo evoluído em decorrência de crises anteriores, o Banco Central editou a partir daquele ano uma série de medidas que o fortaleceram ainda mais, proporcionando a utilização das políticas creditícias como um dos pilares para enfretamento da crise.

Por intermédio de incentivos financeiros como a capitalização de bancos públicos a exemplo do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal foi possível estimular o consumo das famílias, os investimentos empresariais na capacidade produtiva e o financiamento de moradias populares.

Nesse período a lacuna da oferta de crédito deixada pelos bancos privados foi suprida, havendo em um primeiro momento, a geração de um ciclo virtuoso decorrente da disponibilidade de recursos públicos a taxas de juros extremamente subsidiadas pelo Tesouro Nacional.

Na Bahia, a Agência de Fomento do Estado – DESENBAHIA além do Banco do Nordeste do Brasil - BNB também compuseram a rede das Instituições Financeiras públicas que contribuíram com a política adotada. Entre 2010 e 2014 é substancial o aumento dos repasses de recursos do Fundo Constitucional do Nordeste - FNE, bem como do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado – FUNDESE, administrados pelo BNB e DESENBAHIA respectivamente.

Nesta conjuntura, a ampliação da oferta de crédito aos diversos setores da economia baiana a juros baixos e prazos longos deveria, a princípio, possibilitar que os investimentos em modernização das unidades fabris existentes ou, ainda, a introdução de novas plantas e tecnologias, pudessem contribuir para o desenvolvimento regional promovendo o fortalecimento das cadeias produtivas locais e a ampliação do valor agregado da produção baiana.

Neste estudo, o tema crédito será delimitado em sua abrangência naquelas aplicações voltadas ao fomento da economia. Ou seja, o crédito dotado de propósito produtivo, em especial aquele de base empreendedora formal, quer seja empresarial, voltados ao atendimento das demandas privadas, quer público, voltado ao financiamento das despesas de capital que contribuem para o processo de desenvolvimento.

Desta forma não foram considerados na pesquisa que lastreia este estudo aqueles créditos voltados ao consumo das famílias, à atividade especulativa ou ainda imobiliária. Ressalte-se que nesta última, que abrange os programas habitacionais fomentados pelo governo através do Sistema Financeiro de Habitação ou pelo programa Minha Casa Minha Vida, a pesquisa poderá envolver a análise de crédito concedidos às construtoras desde que para modernização do seu maquinário ou ainda seu custeio, não cabendo àqueles incentivados para a aquisição de imóveis.

O referencial teórico que alicerçou a pesquisa utilizou os fundamentos das principais teorias econômicas que versam sobre o desenvolvimento regional e o seu financiamento, para a formação de um arcabouço teórico capaz de caracterizar o perfil e os efeitos econômicos e sociais da aplicação dos recursos creditícios na Bahia.

Neste sentido definimos o desenvolvimento como o resultante de um processo de crescimento econômico onde a sociedade partilha dos benefícios produzidos de forma equitativa e, conseqüentemente, com um razoável grau de justiça social.

O crescimento econômico é, por seu turno, derivado da produção de excedentes e, por tanto, da acumulação de capital. E este capital depende da disponibilidade de poupança e da forma como ela é destinada, se para o consumo suntuário, retida por precaução ou para especulação. Depende também da existência de capital humano, da produção de tecnologia, inovação e empreendedorismo. Schumpeter (1982) acrescenta e destaca o papel do crédito bancário assegurando que o capitalista banqueiro é o tomador do risco e viabilizador dos inovadores e empreendedores.

Como intermediários financeiros e captadores da poupança pública e privada, atuando nos mercados monetário, cambial, de crédito e de capital os bancos são os principais agentes de financiamento do desenvolvimento.

Historicamente essas instituições financeiras foram organismos criados para promover guarda e reserva de capital. Desde a finalidade privada de agente capitalista de confiança até as funções distributivas, estabilizadoras e alocativas de capital exercidas pelo Estado, os bancos possuem historicamente um papel fundamental no desenvolvimento da economia.

Do crédito ao crescente ao comércio estabelecido entre as cidades na Idade Média, passando pelo financiamento das grandes descobertas da navegação até as inovações mais recentes, é através dos bancos que a sociedade, independentemente de sua ideologia política, se utiliza do crédito como ferramenta de condução da atividade pública e privada.

No Brasil, a Lei 4595/64 regulamentou, modernizando, a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, criando o Conselho Monetário Nacional e dando outras providências. Nos seus artigos 17 e 18 ela determina:

[...]. Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros. (Art.17) [...] Cabe o funcionamento dos bancos a prévia autorização, pelo Banco Central ou decreto presidencial (Artigo 18).

Este texto objetiva relatar as conclusões de uma pesquisa realizada em 2016/2018, tendo como marco temporal os anos compreendidos entre 2010 e 2014 e como marco espacial o território do estado da Bahia. Busca responder à seguinte questão: como e de que forma o crédito concedido pelos agentes de desenvolvimento à empreendedores e municípios contribuíram para o desenvolvimento regional, gerando melhoria da qualidade de vida da população local ?

Para tanto foi realizada uma avaliação comparativa entre a variação da carteira de crédito aplicada na Bahia pelo conjunto das Instituições Financeiras autorizadas pelo Banco Central *versus* o volume agregado de recursos aplicados nos projetos financiados pela DESENBAHIA, BNB e o BNDES entre os anos de 2010 e 2014 *vis-à-vis* o aumento do valor agregado da produção baiana medido através de indicadores econômicos e sociais.

Entre os objetivos específicos do trabalho relacionam-se: a identificação na Teoria Econômica e nas políticas de fomento creditício dos principais elementos propulsores do desenvolvimento regional e seu financiamento; o mapeamento das principais fontes de fomento creditício nacionais e regionais à atividade produtiva baiana, apontando quais foram as prioridades na aplicação dos recursos quer na segmentação setorial e geográfica, quer dos potenciais demandantes de crédito. Sob este prisma foram analisados os três agentes aqui relacionados; a efetividade dos financiamentos voltados à promoção da atividade produtiva *vis-à-vis* os efeitos econômicos e sociais no desenvolvimento regional.

Foram assumidas as seguintes hipóteses: a) os Agentes de Fomento atuantes na Bahia aplicam recursos consoante finalidades precípua dos Bancos de Desenvolvimento; b) o acréscimo no volume de crédito aplicado pelos Agentes de Fomento contribui para ampliar o desempenho econômico e social agregando valor em todas as regiões do estado.

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos incluída a introdução. O segundo capítulo traz uma resumida notícia sobre o instrumental teórico que alicerçou a pesquisa. O terceiro capítulo trata da metodologia utilizada. O quarto capítulo analisa os resultados e o quinto apresenta as considerações finais destacando as deduções e considerações obtidas a partir da análise dos resultados obtidos. Seguem-lhes as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde que o homem se tornou homem e aprendeu a utilizar os seus polegares que existe a economia. A preocupação com a formação de riquezas, ou acumulação de capital no jargão dos economistas, é antiga na história da humanidade. Na sua explicação e indicação dos instrumentos necessários para a sua obtenção dedicaram-se as mentes iluminadas que escreveram o Torá, antigos filósofos gregos como Xenofonte, Aristóteles e Platão e reis como o mítico Creso, da Lídia (561/546 a.C.) que, segundo Spinola (2011, p.19, grifos nossos), há 2.500 anos criou o *electrum-stater* tido como a primeira moeda do mundo. Nas palavras dele:

Tesoureiros com o pé no chão descobriram o que os magos não viram: o homem comum e os comerciantes da Lídia intuitivamente atribuíam valores de troca a pedaços de prata e ouro, que viravam **meios de pagamento**. Reis perceberam que alguém podia ganhar dinheiro com dinheiro: martelaram símbolos no metal, padronizaram a relação ouro/prata (*ratio*) e cobraram pela **senhoriagem**. Nasce a moeda.

No mundo ocidental, na Idade Antiga, desde a Patrística e a Escolástica à Idade Moderna, foram inúmeros os participantes de correntes de pensamento³ como os **mercantilistas** Jean Bodin (1530/1596), Thomas Mun (1571/1641), Jean-Baptiste Colbert (1619/1683), William Petty (1623–1687) e Richard Cantillon (1680/1734); **fisiocratas** como François Quesnay (1694-1774) e A. R. J. Turgot (1727-1781); **clássicos**⁴, como Adam Smith (1723/1790), Thomas Malthus (1776-1834), David Ricardo (1772-1883) os quais direta ou indiretamente se preocuparam com as questões vinculadas ao crescimento econômico. O mais famoso deles foi o filósofo moral escocês, Adam Smith, consagrado com o seu *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações* (1776). Esta obra contribuiu para o nascimento futuro da teoria do desenvolvimento econômico. Porém, para o iconoclasta Joseph A. Schumpeter, em sua História da Análise Econômica (1964, p. 228):

[...] O fato é que o *Wealth of Nations* **não contém uma única ideia analítica princípio ou método que fossem inteiramente novos em 1776**. Os que exaltavam a obra de Smith como um acontecimento marcante e original para a época, naturalmente estavam pensando fundamentalmente na *política* por ele defendida – livre comércio, *laissez-faire*, política colonial, etc. [...] **nenhuma acusação de plágio pode ser feita contra Smith** ou em seu

³ Esta classificação está de acordo com Blaugh, Mark. *Teoría Económica en Retrospección*. México: Fondo de Cultura Económica, 2001.

⁴ Segundo Schumpeter (1964, p.101), o termo *clássico*, tem alguns significados distintos. Outrora, referia-se à literatura econômica que vai de Adam Smith a Stuart Mil. "Esta designação mantém-se até quando a palavra *clássico* perde a conotação laudatória e começa a simbolizar *obsoleto*."

nome contra outros. Esta conclusão não exclui naturalmente a possibilidade de que, ao estabelecê-lo com maior força e perfeição que qualquer outro antes dele, Smith tenha experimentado subjetivamente toda a sensação da descoberta. [...] A sorte de Adam Smith era que estava em sintonia com as peculiaridades de seu tempo. Defendia coisas que pertenciam a um futuro distante e forçou a que sua análise as servisse.

Segundo a *Árvore Genealógica da Economia*, traçada por Samuelson (1985), Adam Smith, gerou David Ricardo, o “pai” de duas correntes opostas: uma, ortodoxa, representada por John Stuart Mill (1806-1876) e pelos neoclássicos Léon Walras (1834-1910), William Stanley Jevons (1835-1882), e Alfred Marshall (1842-1924), a qual gerou John Maynard Keynes (1883-1946), de quem provieram, por sua vez, os “neo” e os “pós-keynesianos” dos nossos dias; outra, heterodoxa, representada por Karl Marx (1818-1883) e seus descendentes “socialistas científicos”. Esses dois ramos díspares constituem a teoria e a prática da Economia contemporânea (STRAUCH, 1996, p. 5). Dada a limitação de espaço concentramos nossas observações sobre os seguintes vultos: Marshall, Keynes e Schumpeter⁵.

Marshall é considerado o fundador da escola neoclássica de Cambridge. Sistematizou e quantificou o material produzido por seus antecessores, complementando-os e tornando seus princípios e conceitos “operacionais”, ou seja, “reciclou-os”, tornando-os passíveis de utilização pela moderna ciência da computação. Inovou e sistematizou a doutrina e a metodologia da análise econômica e procurou retirar da Economia Política ortodoxa o seu pretense dogmatismo, universalidade e intemporalidade, submetendo seus postulados a um tratamento científico, geométrico e mediante a formalização matemática dos conceitos econômicos, em grande parte, através da análise quantitativa proporcionada por sistemas de equações. sendo considerado, um dos precursores, com Cournot e Walras, do que hoje se conhece como Econometria (STRAUCH, 1996, p. 6). A sua introdução dos conceito temporal de curto e longo prazo encerrou discussões sobre a

⁵ Embora seja apontado como um dos maiores economistas do século XX, não é fácil enquadrar Schumpeter numa determinada escola de pensamento econômico. Diversos manuais de História do Pensamento Econômico fazem menção a uma Escola Schumpeteriana, colocando-o, portanto, no exclusivo patamar dos criadores de uma corrente ou doutrina de pensamento econômico. Não obstante, Brue (2006, p.465) considera Leon Walras e Karl Marx como influencias intelectuais na vida de Schumpeter. De Walras, Schumpeter herdou sua ênfase à interdependência das quantidades econômicas. Schumpeter tinha forte aversão ao marxismo, mas admirava o conhecimento de Marx sobre o processo de mudança econômica. Ele concordava com Marx que o capitalismo entraria em decadência, embora por diferentes motivos e com profundo pesar.

determinação do valor que os marginalistas mensuravam com base na utilidade proporcionada a cada consumidor (conceito subjetivo), já os clássicos, baseados em David Ricardo, o mensuravam de acordo com a quantidade de trabalho utilizado para a produção do bem. Assim, a proposição de Marshall, conhecida como neoclássica, determina o valor de acordo com o custo objetivo da produção no longo prazo e a utilidade marginal no curto prazo. Fonseca (1992, p.65) dizia que o ponto particular, porém central, da filosofia social que permeia o sistema marshalliano, nas recomendações de política microeconômica, consistia na análise e discussão do papel do **investimento em capital humano na erradicação da pobreza em massa e no processo de desenvolvimento**. No prefácio de *Money, Credit and Commerce*, Marshall (1923, p. 100), declarava que "no longo prazo, a riqueza nacional é governada mais pelo **caráter da população** do que pela abundância de recursos naturais". Marshall via no "caráter nacional", ou seja, nos atributos éticos e intelectuais da população, "[...] um dos mais valiosos entre todos os insumos da função de produção, um dos ingredientes mais decisivos na receita do crescimento econômico" (REISMAN, 1986, p.174 *apud* FONSECA, 1992, p. 65). Para ele, "objetos, organização, técnica eram acessórios: **o que importava era a qualidade do homem**" (PIGOU, 1925, p. 82 *apud* FONSECA, 1992, p. 65).

O Lorde Inglês John Maynard Keynes foi um brilhante aluno do Professor Marshall, tão brilhante que superou o mestre no campo da Ciência Econômica. Assim como Marshall deu forma a Microeconomia, Keynes pode ser considerado o pai da Macroeconomia. A sua obra máxima, *Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda*, publicado em 1936, introduz um novo paradigma na Economia rompendo radicalmente com a ortodoxia corrente que ele denominou de "teoria clássica". Para Keynes, o crescimento econômico de um país ocorre a partir das mudanças observadas no "lado real" da economia. Ou seja, o aumento do investimento produtivo, o consumo das famílias, os gastos públicos e as exportações é que geram o crescimento da demanda e, conseqüentemente, o aumento do PIB. Essa tese de crescimento econômico proposto por Keynes pode ser melhor explicada através do conceito de "demanda efetiva" o qual diz que as alterações do nível de equilíbrio da renda e do produto nacional devem-se exclusivamente às variações da demanda agregada de bens e serviços. Ou seja, o aumento do PIB de um país ocorre devido ao aumento da demanda. Esta opinião contraria frontalmente, negando o que afirmavam

os economistas **clássicos** (Adam Smith, David Ricardo, J. B. Say), os quais entendiam que a oferta era quem criava a demanda. Ou seja, ao aumentar a produção das empresas, automaticamente ocorreriam mais vendas e um aumento na renda da população, gerando o aumento na demanda (ótica da mão invisível). Assim enquanto para os clássicos – através da mão invisível - a economia sempre se encontrava em equilíbrio (oferta agregada = demanda agregada), Keynes afirmava que a economia normalmente encontrava-se em situação abaixo do pleno emprego, ou seja, com capacidade ociosa e pessoas desempregadas. A oferta agregada era maior que a demanda agregada. A solução apresentada pela teoria de Keynes consistia na criação de estímulos para promover o crescimento da demanda agregada. Keynes plantou a semente do intervencionismo governamental na economia que veio coincidir com o *New Deals* de Roosevelt no combate à crise gerada pelo crash de 1929. Silva (1996, p. 21) aponta alguns dos seus principais seguidores, a partir da Teoria Geral, que superaram a análise original nas áreas de Comércio Internacional (James Meade, L. Metzler, Joan Robinson, Paul Samuelson), de Teoria Monetária (John Hicks, Franco Modigliani, Richard Kahn), de Desenvolvimento Econômico (Roy F. Harrod e Evsey Domar, Joan Robinson, Nikolas Kaldor, Raul Prebisch) de Política Econômica (James Meade, Jan Tinbergen, Paul Samuelson), de Contas Nacionais (Richard Stone, Colin Clark). A teoria keynesiana influenciou todo o mundo e deu sustentação teórica e política para a teoria do desenvolvimento até a década de 1970.

Já para Joseph Alois Schumpeter, o Desenvolvimento Econômico ocorreria caso houvessem mudanças na vida econômica de dentro para fora. Não como consequente dinâmica do crescimento econômico natural, mas como **processo de ruptura** com o modo de produção vigente. Tal crescimento seria amparado por avanços tecnológicos e permitiria diferentemente da posição de Marshall que houvessem saltos de crescimento que se traduziriam de desenvolvimento. Assim para Schumpeter, seria vencido o fluxo circular do equilíbrio econômico entre demanda e oferta estabelecendo-se um novo ponto de equilíbrio.

[...]. O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. Nossa teoria do desenvolvimento não é nada mais que um modo de tratar esse fenômeno e os processos a ele inerentes (SCHUMPETER, 1996, p. 75).

Para ele as Inovações Tecnológicas não são como comumente se supõe provocadas pelas necessidades dos consumidores. São os produtores dos bens que as geram e ensinam os consumidores a se adaptarem a elas, gerando assim novos anseios de consumo. Para Schumpeter o desenvolvimento se baseia na realização de novas combinações que podem englobar os seguintes tipos: (i) introdução de um novo produto ou serviço, neste caso em especial há que se destacar que a mera invenção sem sua necessária introdução ao mercado consumidor não atende a este requisito, cabendo para tal a sua produção e comercialização em escala; (ii) a introdução de um novo método de produção ou de manejo comercial de uma mercadoria desde que tenha sido descoberto cientificamente e não seja apenas um rearranjo de fatores com incrementos marginais; (iii) a abertura de um novo mercado (iv) incorporação de uma nova fonte de matérias-primas. Referente ao crédito o autor afirma a essencialidade deste dispositivo para geração dos avanços que catapultem a economia por meio da introdução das inovações. Assim,

[...] — o possuidor da riqueza, mesmo que seja o maior dos cartéis, deve recorrer ao crédito se desejar realizar uma nova combinação, que não pode, como numa empresa estabelecida, ser financiado pelos retornos da produção anterior. Fornecer esse crédito é exatamente a função daquela categoria de indivíduos que chamamos de “capitalistas”. (SCHUMPETER, 1996, p. 79).

É o crédito que auxilia o capital a promover as inovações disruptivas como diz o autor:

[...] existe para nós um outro: o problema de destacar meios produtivos (já empregados em algum lugar) do fluxo circular e alocá-los nas novas combinações. Isso é feito pelo crédito, por meio do qual quem quer realizar novas combinações sobrepuja os produtores do fluxo circular no mercado dos meios de produção requeridos. (SCHUMPETER, 1996, p. 81).

Para Schumpeter valor também não se trata de apropriação do poder de comprar de outrem, mas sim da geração de um novo poder de compra gerado através de crédito ainda que amparado pelas garantias do fluxo circular. Assim sendo, é o banqueiro que atua mais como o responsável por este poder de compra do que como intermediário, substituindo os capitalistas privados e tornando-se ele mesmo o capitalista *per excellence* como diz o autor. Para Schumpeter a oposição ao fluxo circular, a tendência para o equilíbrio, bem como ao tipo de conduta dos meros administradores e empresários são elementos que auxiliam no balizamento da sua

teoria. A inércia que permeia as atitudes é relevante e atua em oposição à implementação das inovações. A inovação pode ser entendida ainda como qualquer mudança interna ou externa à empresa, e que possibilite a sua exploração lucrativa sendo o empreendedor aquele que organiza fatores de produção, para a exploração dessa mudança. Dessa forma, embora uma parte da incerteza seja transferida pelo empreendedor para o capitalista, o lucro dos inovadores estará intimamente ligado à incerteza onde o lucro do inovador é temporário e acaba por ser eliminado pelos imitadores. Ainda assim, o estado dinâmico da economia gerará novas fontes de lucro provenientes de outras inovações.

Das abordagens de Schumpeter pode-se inferir que enquanto as inovações são essenciais para o processo de desenvolvimento onde novos ciclos de crescimento são estabelecidos através das rupturas nos modelos produtivos outros elementos como motivação empreendedora e crédito são igualmente vitais para sua promoção. Assim, enquanto as teorias sobre estrutura de capital enfatizam o comportamento dos agentes externos na avaliação do valor da empresa mediante sua composição de capital, a inovação reforça a presença de elementos internos acerca da seleção de projetos que agreguem valor à empresa. Assim, se por um lado é esperado que as empresas que investem mais em inovação tenham estruturas de capital mais endividadas do que aquelas de base tradicional, por outro o risco que as mesmas assumem pode tornar o custo financeiro da captação de recursos de terceiros maior. Dessa forma, ao investir em inovação a empresa pode considerar que existirá uma adequada estrutura de capital que a permita aumentar o seu valor (pressuposto tradicional) ou ainda que independente da fonte de financiamento o que importará será se o projeto agregará ou não valor à empresa (pressuposto de Modigliani e Miller). Ao restringir o acesso ao crédito ou caracterizá-lo como condicionante de riqueza já acumulada apontaria para o enfraquecimento do processo disruptivo, pois faria com que o sistema permanecesse em sua inércia. Neste ponto, qualquer ação sofre a natural oposição do sistema político-social que reforça resistência a mudanças impedido assim a promoção de um novo ciclo. Desta forma, mesmo que não seja impeditivo ao empreendedor promover as invenções o desenvolvimento schumpeteriano será restritivo num ambiente que não promova verdadeiramente o acesso ao crédito.

A consolidação da disciplina como o suporte teórico das políticas econômicas dos países, notadamente o planejamento regional, somente ocorreu no mundo

ocidental, principalmente nos países subdesenvolvidos, a partir das décadas de 1930/1940 no bojo da revolução keynesiana que eclodiu em 1936, como uma resposta ao fracasso do paradigma liberal, desmoralizado pela Grande Depressão de 1929 e após a Segunda Guerra Mundial como resultado das macrodecisões emanadas da conferência de Bretton Woods.

Também no Brasil, refletindo a conjuntura internacional, as preocupações com o desenvolvimento e a sua discussão pelas diversas correntes de pensamento tiveram início nas décadas de 1930 e 1940, sobretudo no período imediato ao pós-guerra e no contexto de uma época de reconstrução mundial, mediante a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), do Plano Marshall para a Europa e da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), de onde brotaram o Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID) e a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), sem dúvida um dos maiores celeiros de ideias e proposições para a promoção do desenvolvimento econômico nos países da América Latina e o Caribe.

No Brasil foi preponderante, nesta época, a influência do pensamento keynesiano nas análises formuladas por autores estrangeiros dedicados ao estudo do subdesenvolvimento, entre os quais Raul Prebisch, Albert Hirschmann, Gunnar Myrdal e Ragnar Nurkse e brasileiros como Celso Furtado, Roberto Campos, Rômulo Almeida, Ignácio Rangel, Hélio Jaguaribe e Maria da Conceição Tavares, entre outros que contribuíram para a formação das diretrizes da CEPAL e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, fundamentando teoricamente o planejamento que veio a desenvolver-se no país, inclusive o modelo de substituição de importações e, politicamente, o que se convencionou denominar de paradigma nacional-desenvolvimentista.

Numa revisão histórica, notadamente dos aspectos sociais, são questionáveis os resultados da experiência brasileira de planejamento do seu desenvolvimento. É inegável o expressivo crescimento econômico do país na segunda metade do século XX, sobretudo no período que vai de 1954 até 1980, graças à realização de muitas das medidas e ações preconizadas nos diversos planos elaborados no período. Porém, não foi atingido o padrão de desenvolvimento econômico desejável e, ao encerrar o século, se observou a manutenção de um considerável desequilíbrio inter-regional, acentuada concentração da renda e a permanência de uma elevada parcela

da população vegetando abaixo da linha de pobreza, continuando o país dependente, em grande escala, dos humores do capitalismo internacional

3 NOTA METODOLÓGICA

Como meio para verificação da resultante da ação da política fomento na Bahia entre 2010 e 2014, este trabalho buscou, a partir do agrupamento das variáveis de análise por Territórios de Identidade⁶, relacionar aspectos creditícios com indicadores econômicos e sociais já consagrados. Assim, como parte deste escopo foram associados o volume de crédito aplicado no período pelos diversos agentes financeiros públicos e privados, o volume de crédito direcionado através de financiamentos concedidos, o volume de financiamentos alocado por agente financeiro estatal, de caráter nacional, o BNDES, regional, o BNB e local a DESENBAHIA. Desta linha de análise foi possível confrontar se a alocação de recursos foi direcionada aos pretensos objetivos da política macroeconômica ou se outros interesses sobrepujaram tal alocação na relação (Governo-Instituição Financeira-Empresa).

Assim é esperado que o volume de crédito concedido a uma região, e ainda o montante de financiamento produtivo alocado pelas Instituições de Fomento tenham correlação direta com o PIB regional, a arrecadação de tributos e principalmente a melhoria dos índices sociais envolvendo, entre eles, os níveis de emprego, educação, renda e saúde.

Transversalmente, consoante abordagem conceitual trazida no segundo capítulo, esta análise considerou os interesses dos grupos previamente identificados, Governo - Instituição Financeira – Empresas - Sociedade. Desta forma a apuração da relação entre as variáveis selecionadas quanto a alocação de crédito permitiu visualizar o comportamento adotado pelos diferentes interesses presentes.

Conforme relatado no item anterior os indicadores serão utilizados para balizar a correlação e tendência que os recursos creditícios, quer alocados através das instituições financeiras presentes nos Territórios de Identidade, quer através da ação

⁶ Conforme definição da Secretaria de Planejamento da Bahia – SEPLAN, o termo se refere a agrupamento de municípios baianos em 27 regiões geográficas que possuem características multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos.

dos agentes de fomento (BNDES, BNB e DESENBAHIA) repercutiram nas esferas financeira, fiscal, econômica e social. Alguns destes indicadores tem direta identificação como volume de crédito e impostos arrecadados, já outros são índices que apesar de possuírem descritivo público ora serão explicitados para um melhor entendimento.

Nesta senda, foi selecionado como indicador de mensuração da atividade econômica e que possui reflexo fiscal o índice de Valor Adicionado – IVA. De forma geral o IVA reflete a seguinte expressão: $VA = \text{saídas de mercadorias e serviços prestados no município} - \text{as respectivas entradas}$. Assim o Valor Adicionado (VA) serve como parâmetro para a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ Bahia) calcular repasses da cota parte do Imposto sobre Circulação de bens e Serviços (ICMS), e é utilizado como um dos parâmetros para que a União calcule o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), principal fonte de receita de transferências dos municípios baianos.

De outra forma, o IBGE, utiliza o conceito de Valor Adicionado VA para composição do Produto Interno Bruto Municipal (PIB), sendo os dados do Valor Adicionado bruto por setor econômico: a. Agropecuária; b. Indústria; c. Serviços, incluindo as atividades de comércio e d. Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, apresentados de forma segregada ou consolidada nas análises efetuadas. Em ambos os casos o Valor Adicionado pode ser considerado um marcador relevante da atividade econômica e fiscal.

Sob a perspectiva social foi selecionado o Índice de Performance Socioeconômica (IPESE) elaborado pela Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia (SEI) que tem por objetivo medir a capacidade dos municípios baianos em ofertar serviços básicos à sua população e a qualidade com que estes serviços são ofertados. O índice é resultado da agregação de três dimensões: Educação; Saúde e Economia e Finanças, cada qual com um subíndice respectivamente: O índice de Educação - INE; índice de Saúde - INS e o Índice de Economia e Finanças - IEF perfazendo ao todo um conjunto de 16 indicadores ponderados.

A proposta metodológica de cálculo do IPESE busca identificar o comportamento dos municípios baianos em relação ao alcance parcial ou total de metas estabelecidas. Os indicadores de cada dimensão foram elaborados a partir da orientação de órgãos competentes: as Secretarias de Saúde e de Educação do Estado

da Bahia e a Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas da SEI; e as metas estipuladas conforme indicação de organismos nacionais e internacionais (MS-Brasil; WHO; IDEB). Segundo a SEI a ideia primordial residia em compatibilizar variáveis que mensurassem a capacidade do município em ofertar certos serviços básicos e, também, a qualidade com que esses serviços foram ofertados.

Para esta análise foram realizados levantamentos bibliográficos de publicações realizadas pelos agentes financeiros, pelo Governo Federal e do Estado da Bahia além de extração de dados nos sítios das principais fontes relacionadas como o Banco Central do Brasil (BACEN), a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (SEFAZ), a Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia – SEI, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES), o Banco do Nordeste do Brasil S/A – (BNB) e da DESENBAHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A.

Após a extração, os dados individualizados foram compilados sendo agrupados por Território de Identidade. Para as variáveis referentes a volume e carteira de crédito e de fomento e Valor Adicionado (VA) o agrupamento ocorreu sob soma simples dos dados apresentados ao final de cada exercício. Quanto aos índices do IPESE a função utilizada para se estabelecer o índice territorial foi a média dos índices apresentados pelos municípios apurada ano a ano.

Para os valores correntes, o tratamento envolveu ainda a subtração do efeito inflacionário através do desconto do IPCA do período tendo como base o ano inicial da análise, 2010. Como forma de mensuração dos efeitos diferenciais, a comparação ocorrida nas Tabelas de análise envolveu a diferença entre os valores e índices permitindo avaliar numérica e percentualmente quais das razões foram acrescidas ou reduzidas buscando estabelecer uma correlação entre elas.

Adicionalmente, como forma facilitar a análise das correlações entre os interesses dos vários públicos (Sociedade – Empresas – Governo), os indicadores foram agrupados, sendo então confrontados com as perspectivas financeiras e de fomento. O resultado destas relações permitiu inferir se a perspectiva de agregar valor ocorreu consoante os interesses diretamente relacionados à política creditícia ocorrida na Bahia entre os anos de 2010 e 2014.

Os dados foram tratados através de ferramentas estatísticas presentes no Microsoft Excel sendo espelhados no Quadro 01 e tendo interpretação retratada neste trabalho.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Neste estudo foram verificados, conforme literatura abordada, alguns dos pressupostos de atuações destes agentes. Assim a Tabela 1 reflete os dados sobre a aplicação de recursos financeiros e de fomento nos diversos territórios de identidade baiano, suas variações, bem como a correlação com indicadores econômicos e sociais selecionados buscaram verificar a maior ou menor presença das características dos Agentes de Fomento na aplicação dos recursos na Bahia entre 2010 e 2014.

Entre os elementos analisados esta pesquisa constatou que a **preferência pela liquidez** aqui observada por meio da concessão de operações de longo prazo pelos agentes de fomento, de uma forma geral, se encontra presente com a aplicação de significativos volumes de crédito no curto prazo sob a forma de capital de giro ou ainda operações de custeio para o agronegócio. Ainda assim as operações lastreadas por *funding* para-fiscal à exemplo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no BNDES, do FNE no BNB e do FUNDESE na DESENBAHIA possuem prioritariamente perfil de longo prazo a custos financeiros adequados possibilitando a redução das incertezas. Desta forma os Agentes de Fomento, no escopo ora analisado, parecem seguir um receituário de desempenhar o papel de promoção dos investimentos que demandam maiores prazos de financiamento através de fontes com risco compartilhado como os Fundos citados e de finance aplicando valores em empreendimentos menos arriscados preservando o valor dos ativos da instituição. Sob este prisma, foi esta conjunção possibilitou um portfólio equilibrado no período analisado.

De forma adicional aos atributos de Fomento, Martini (2014, p. 322) referenda que os Bancos de desenvolvimento devem ter (ii) **atuação anticíclica** para reverter as flutuações macroeconômicas. Neste aspecto, a observação da participação de um maior volume de recursos de fomento aplicados entre 2010 e 2014 e ainda o crescimento expressivo da participação destes recursos no volume aplicado na Bahia evidencia o alinhamento dos Agentes à esta característica. Ainda assim, em uma análise regionalizada se observou que uma parte significativa, 35% dos Territórios de Identidade sofreram redução dos volumes reais⁷ de recursos aplicados. Esta redução ocorreu de forma pulverizada atingindo quase todas regiões do estado. Nesta senda

⁷ Descontada a inflação entre períodos. Índice: IPCA. Base 2010.

a região do Piemonte da Diamantina que teve a maior redução por conta do elevado aporte de recursos para infraestrutura energética para suporte a crescente produção eólica na região ocorrido em 2010 pelo FNE, mas que não se manteve em outros anos. De outra forma houve um expressivo aumento do fomento aplicado na região oeste do estado financiando prioritariamente o agronegócio ou ainda naquelas regiões que possuíam menor impacto ocasionado pela estiagem nas atividades a exemplo do Litoral Sul e da Costa do Descobrimento. Tais fatos quando correlacionados com as teorias do desenvolvimento abarcadas neste trabalho podem indicar a causação circular descrita por Myrdal ou ainda a escassez de elementos adicionais como o capital humano de Marshall além do baixo encadeamento produtivo, ainda que um alto volume de investimentos tenha sido aplicado localmente. Destarte os efeitos quanto a geração de riqueza que a principio deveriam produzir os impactos econômicos e sociais desejados não estão condicionados ao fomento por si só, mas a uma estratégia de desenvolvimento que o inclua além da perspectiva financeira.

Com relação à dinâmica setorial este impacto negativo também foi observado por meio da redução dos volumes aplicados em infraestrutura e serviços de saúde, além da grande concentração de recursos alocados para grandes empresas. Assim os pressupostos inerentes à redução de **(iii) falhas de mercado** quanto a cobertura de setores naturalmente mais arriscados ou, ainda, o financiamento de micro e pequenas empresas, em princípio, parecem ter sido prejudicados neste escopo. De outra forma a interiorização do fomento foi observada com uma maior alocação de recursos fora da Região Metropolitana de Salvador. Em princípio tal fato poderia sugerir uma maior mobilização do empresariado no interior para atendimento à demanda local gerada adicionalmente quer pela ascensão das classes mais baixas através do ganho real de salários, quer pelo aumento do consumo mediante ampliação da renda por meio dos programas de transferência a exemplo do bolsa família. Ainda assim, a análise revelou que o maior volume de fomento neste período foi alocado aos territórios da região oeste e no litoral sul da Bahia, quer para apoio a produção de *commodities* agrícolas voltadas para exportação junto a empresários do agronegócio de todos os portes quer para financiamento pontual à extração de petróleo e gás a uma grande empresa com sede em ilhéus. Ambos achados denotam o baixo direcionamento dos recursos para cobertura das falhas de mercado no escopo deste trabalho.

Analisados aspectos próprios dos Agentes de Fomento este estudo buscou também verificar em que medida a aplicação destes recursos contribuiu para a ampliação do valor agregado baiano, medidos aqui através de elementos como Valor Adicionado (VA), impostos e PIB *per capita*, aqueles que medem o impacto social verificados através do IPESE.

Ressalte-se ainda que conforme mencionado anteriormente os achados presentes deste trabalho apenas sugerem uma maior ou menor relação de forma direta ou inversa entre as variáveis que não serve para confirmar ou refutar as hipóteses de forma absoluta, entretanto desde que já contextualizadas fornecem indícios relevantes para investigações estatísticas futuras.

Destarte, foram comparadas a dinâmica das relações do aumento ou ainda da redução do volume de financiamentos ofertados pelo sistema financeiro e destacadamente pelos agentes de fomento no período. Assim, quando comparadas as variáveis econômicas e sociais citadas foi possível identificar os seguintes elementos: (i) a variação a preços constantes dos impostos arrecadados obteve relação direta positiva com os recursos do sistema financeiro e de fomento este último com exceção do território de identidade Médio Sudoeste da Bahia em que pese como informação relevante o fechamento de unidades da Azaleia, grande empregador e gerador de impostos na região em 2012, por perda de competitividade com a indústria chinesa⁸. Outra comparação realizada foi o volume de fomento aplicado setorialmente e a correlação com os impostos usualmente relacionados: comércio x ICMS e Indústria x IPI. Assim, 20 e 18 territórios (72%, 64%) obtiverem correlação direta e positiva no comércio e na indústria respectivamente enquanto 08 e 10 territórios de identidade (28%, 36%) apresentaram crescimento de arrecadação respectivo mesmo com um menor volume de fomento; (ii) Da comparação das variações do Valor Adicionado⁹ apuradas setorialmente e dos volumes de fomento destacaram as correlações diretas e negativas em 12 territórios de identidade (43%). A região do semiárido abriga a maior parte destes, o que pode sugerir uma forte dependência deste tipo de recursos na região como alicerce produtivo e geração de valor adicionado ressaltando a

⁸<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/127155-azaleia-fecha-dez-unidades-na-regiao-de-itapetinga-e-quatro-mil-empregados-sao-demitidos.html>

⁹ Apurado pelo IBGE conforme critérios estabelecidos em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>

necessidade de fortalecimento da ação alocativa de recursos nestas regiões. O Território de Itaparica no norte do estado foi o único que apresentou a variação do Valor Adicionado negativa, puxado pela indústria, mesmo com volumes de financiamento e fomento tendo sido elevados. O que pode sugerir uma grande dependência da indústria na formação do PIB nesta região; (iii) A Região Metropolitana de Salvador excetuando-se a capital foi a única que teve redução do PIB *per capita* apesar do volume de financiamento e fomento na região ter sido elevado no mesmo período. Entretanto observou-se que o Valor Adicionado à indústria sofreu queda no período e os montantes de fomento e financiamento foram alocados fortemente em empresas transportadoras neste território. O que contribui para reforçar a importância da alocação dos recursos de fomento no setor industrial como forma de ampliação do valor adicionado econômico; (iv) Quanto ao aspecto social ainda que a variação do IPSE não possua ligação imediata com o volume de recursos fomentados decorrente de um maior ciclo de maturação entre o desembolso e o conseqüente ganho social, o estudo revelou que a única região que apresentou índice negativo foi extremo sul baiano acompanhando a mesma tendência do volume de fomento aplicado. De outra forma da análise dos recursos aplicados pelo BNDES, BNB e DESENBAHIA não se identificaram investimentos significativos nas áreas de educação e saúde neste período quando comparadas as demais áreas. Ainda assim a composição do IPESE considera além dos aspectos educacionais e de saúde o nível de economia e finanças abrangendo características de emprego e renda.

Tabela 1 - Demonstrativo das variações constantes* de saldos por território de identidade entre 2010 e 2014

Operações de Crédito das Instituições Financeiras e de Fomento x Impostos arrecadados x Valor Adicionado x PIB per capita										
Perspectivas	Financeira		Fomento		Fiscal	Econômica		Social		
Territórios de Identidade	Op Crédito R\$ Mil	Emp. Recebíveis R\$ Mil	Financiam entos R\$ Mil	Operações de Fomento R\$ Mil	Impostos s/ produtos R\$ Mil	VA – Valor Adicionado R\$ Mil	PIB Per Capta R\$ Mil	Média INS Var %	Média INE Var %	Média IPESE Var %
Bacia do Jacuípe	188.911	68.044	16.389	16.928	34.239	656.737	1,78	-7,50%	11,50%	3,90%
Bacia do Paramirim	86.155	29.141	16.864	-4.165	7.912	243.694	1,41	-3,10%	16,70%	8,90%
Bacia do Rio Corrente	131.729	59.679	24.473	113.306	51.220	1.146.406	4,92	7,00%	16,20%	9,10%
Bacia do Rio Grande	2.632.215	659.338	227.400	245.935	366.894	4.850.141	7,61	13,40%	17,00%	11,40%
Baixo Sul	203.679	119.541	18.323	2.892	52.350	1.042.859	1,68	-1,60%	15,00%	4,50%
Chapada Diamantina	220.258	94.942	21.025	-17.155	40.903	783.685	1,93	-4,80%	17,70%	4,50%
Costa do Descobrimento	370.025	89.028	34.386	56.163	114.054	1.359.909	1,49	-2,20%	9,80%	1,70%
Extremo Sul	577.601	160.611	35.579	-27.268	87.428	1.023.025	2,05	-6,90%	18,30%	-1,50%
Irecê	239.160	110.805	48.754	4.957	47.330	794.432	1,34	1,60%	14,70%	9,60%
Itaparica	192.197	76.715	21.521	9.262	40.619	-560.171	0,50	-0,20%	9,60%	3,90%
Litoral Norte e Agreste Baiano	520.524	184.005	29.317	12.398	192.440	1.464.044	1,71	-4,60%	8,90%	1,10%
Litoral Sul	1.999.885	994.854	95.019	181.586	154.639	2.133.893	1,84	-3,50%	11,50%	2,50%
Médio Rio das Contas	356.958	131.988	35.058	-23.636	69.399	911.886	1,97	-5,40%	10,50%	2,60%
Médio Sudoeste da Bahia	439.168	51.905	26.541	-7.290	-24.155	235.211	1,43	-4,80%	11,20%	0,00%
Região Metropolitana (1)	1.362.151	514.981	196.754	-213.116	2.636.062	3.104.718	-4,55	-5,90%	14,90%	0,10%
Piemonte da Diamantina	175.107	83.230	21.651	-281.264	26.070	334.507	1,38	-2,20%	16,00%	5,80%
Piemonte do Paraguaçu	210.997	79.137	20.140	21.269	57.817	546.099	2,00	-4,60%	15,70%	5,00%
Piemonte Norte do Itapicuru	195.331	100.197	27.183	-9.059	10.688	339.786	0,54	3,10%	14,90%	6,10%
Portal do Sertão	1.544.930	349.897	147.182	20.349	740.696	4.320.164	2,95	-7,00%	9,80%	3,30%
Recôncavo	555.228	203.977	55.664	5.332	197.853	1.764.722	2,42	-2,30%	12,00%	5,60%
Salvador (1)	7.084.911	1.120.129	304.822	-13.806	961.711	10.138.825	2,64	-3,90%	17,70%	-0,70%
Semiárido Nordeste II	320.846	161.567	25.934	-2.843	39.745	567.416	0,98	7,60%	13,60%	8,90%
Sertão do São Francisco	373.118	151.288	64.188	76.703	120.219	1.246.632	0,62	9,70%	15,40%	8,80%
Sertão Produtivo	711.291	180.896	86.703	9.552	129.482	1.477.178	2,06	-0,70%	11,60%	5,90%
Sisal	503.016	219.768	64.741	6.929	52.038	897.844	1,02	0,50%	11,50%	5,70%
Sudoeste Baiano	957.397	267.917	70.530	-4.042	119.005	2.128.999	1,87	2,80%	21,90%	11,70%
Vale do Jiquiriçá	151.634	66.781	12.556	6.413	40.689	640.986	1,68	-6,30%	15,00%	5,10%
Velho Chico	300.331	132.458	41.405	-10.402	56.645	928.979	2,24	2,30%	15,10%	8,40%
Soma das Variações 2010-2014	22.604.767	6.462.832	1.790.116	175.931	6.424.003	44.522.620	1,82	-1,40%	14,00%	5,20%

Fonte: Elaborado pelo autor (2018).

Notas: * Valores descontados do IPCA do período. 2010=100.

(1). Os dados referentes ao município de Salvador foram destacados do território Região Metropolitana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme verificado ao longo deste trabalho, o papel dos Agentes de Fomento aqui incluídos os Bancos de Desenvolvimento e Agências de Fomento deve priorizar elementos voltados ao desenvolvimento econômico e social, diferenciando-os assim das demais instituições financeiras privadas e também públicas.

Tendo em vista o exposto nos parágrafos anteriores foi verificada a aplicação prática, ainda que parcial dos pressupostos atribuídos à atuação dos Agentes de Fomento. A correlação destes elementos com a dinâmica econômica e social possibilitou ampliar o conceito de Valor Agregado da contabilidade social para a inclusão de elementos como custos ambientais e sociais da atividade econômica ainda necessitam de um maior estudo cabendo a análise de incorporação destes fatores como critérios para seleção de projetos. Vale lembrar que ao fomentar os investimentos o governo pode ser considerado, em muitos casos, o maior acionista dos investimentos privados, cabendo assim a ele avaliar e direcionar os critérios que conduziram os investimentos ainda que à iniciativa privada pertença o impulso empreendedor.

A discussão sobre o papel das Instituições Financeiras públicas para financiamento ao desenvolvimento está longe de terminar. Caso o prisma da análise recaia sobre uma economia em viés neoliberal, então, a rigor, a última fronteira que justifica a existência destes agentes envolve a alocação de recursos. Quando menciona investimentos maciços em infraestrutura, modelos de financiamento como as Parcerias Público Privadas - PPPs ou ainda as Concessões, não avançam na mesma proporção que os empréstimos digitais. Nestes casos, ainda que dado volume e interesse estratégico, é o Estado quem termina por assumir o risco, que pode ou não ser mediante financiamento.

De outra forma quando o crédito é voltado às atividades produtivas, o avanço tecnológico gerado com o advento das *Fintechs* já apresenta indícios de alteração no comportamento dos usuários. Neste diapasão, acreditar que apenas estruturas públicas para atendimento à sociedade propiciarão ampla cobertura às falhas de mercado não se caracteriza mais como um axioma. Os arranjos envolvendo as Sociedades Diretas de Crédito recentemente regulamentadas pelo BACEN, as próprias *Fintechs* ou ainda o Crowdfunding são exemplos que ilustram estas novas perspectivas. A princípios as necessidades de finance envolvendo antecipação de créditos e capital de giro são as mais usuais nestas modalidades, porém nada garante

que riscos maiores envolvendo prazos de concessão mais elásticos, típicos de cobertura por *Funding*, não possam ser atendidos.

Desta feita, retomando as análises realizadas neste documento é fático observar que as distâncias entre os interesses públicos e privados, quanto a concessão de crédito produtivo, já não são tão elásticas. O receituário tradicional envolvendo a proteção da sociedade pelo Estado através de uma ação direta vem sendo questionado principalmente quanto aos custos envolvidos, quer diretos ou ainda ocultos. Neste ponto, a teoria schupeteriana e o darwinismo se encontram perfazendo o seguinte dilema: As Instituições Financeiras Públicas se adequarão aos novos meios digitais? Serão as condutoras das novas transformações disruptivas no crédito produtivo? ou farão parte do rol de espécies a serem estudadas pelos historiadores.

Apesar de trazer elementos relevantes quanto a aplicação dos recursos de fomento atendendo aos princípios que norteiam a missão das Instituições de Desenvolvimento o estudo possui limitações de natureza estatística que vão desde a utilização de dados secundários que envolvem maior rigor nos procedimentos formais de tratamento além de estabelecimento de outras variáveis à exemplo do volume de recursos aplicados através de subsídios e incentivos fiscais por regiões o qual não foi possível identificar.

A temática sugere ainda a possibilidade de novas pesquisas que possibilitem investigações adicionais que busquem compreender qual a melhor forma de atuação dos Agentes de Fomento na busca pela completude do seu papel de estimulador do desenvolvimento econômico e social além dos atributos usuais de cobertura das falhas de mercado.

REFERENCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITO E ECONOMIA (ABDE). **Financiamento do desenvolvimento**: políticas de financiamento de longo prazo, funding e formatação das instituições financeiras de desenvolvimento. Rio de Janeiro, 1994.

ALMEIDA, Telma A.; JUNIOR, Gildásio Santana. A influência da Economia Regional nas políticas de desenvolvimento implementadas na Bahia no período 1959-2006. **Revista Desenbahia**, Salvador, n. 17, p. 59-88, set. 2012a

BAHIA. Governo do Estado. **A Bahia de Todos Nós**: Plano Plurianual 2012-2015. Salvador, 1999.

BAHIA. Secretaria da Fazenda do Estado. **Metodologia de cálculo IPM, IVA, FPM.** Disponível em:
<https://www.sefaz.ba.gov.br/scripts/default/IVA_calculo_legislacao.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2018

BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos. **Índice de Performance Socioeconômica – IPESE: Nota Metodológica.** Disponível em:
<http://www.sei.ba.gov.br/images/ipese/pdf/nota_metodologica/nota_metodologica.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2017

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estatística Bancária Mensal por Município.** Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/estban.asp>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do COSIF.** Disponível em:
<<https://www3.bcb.gov.br/aplica/cosif/completo>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de Economia Bancária e Crédito 2014.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/?RELECON09>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Trabalhos para Discussão 202:** Considerações sobre a atuação do Banco Central na Crise de 2008. Disponível em:
<www.bcb.gov.br/pec/wps/port/wps202.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Relatórios dos anos 2000.** Disponível em:
<<http://www.bnb.gov.br/relatorios-e-balancos>>. Acesso em: 23 jan. 2016.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Desempenho.** Disponível em:
<<http://www.bndes.gov.br/empresa/desempenho/default.asp>>. Acesso em: 26 jan. 2016

BRASIL. SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL. **Execução orçamentária do Governo Federal, 2010-2014.** Disponível em:
<<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/demonstrativos-fiscais>>. Acesso em: 20 mar. 2019

CAVALCANTE, Luiz Ricardo; ARGOLO, Maurício. **Índice de Aderência:** Definições, Metodologia de Cálculo e Parâmetros. Salvador, 2001. Disponível em:
<<http://www.desenbahia.ba.gov.br/publitao/arquivos/arquivos/c8647876c3514c6c96153896c3015984.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CUNHA, J., RIBEIRO, M., & SANTOS, A. A demonstração do valor adicionado como instrumento de mensuração da distribuição da riqueza. **Revista de Contabilidade & Finanças** – USP, São Paulo, n.37, p7-23. Jan/Abr. 2005. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S1519-70772005000100001>>

DESENBÁHIA. **Relatório de Administração 2011.** Disponível em:
<http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/1104201210159968desenbahia2011_3PAGS.pdf>. Acesso em 20 jan. 2016.

FILHO Jair do Amaral. Incentivo Fiscal como Instrumento do Desenvolvimento Local ou Regional. **Revista Desenbahia**, Salvador, n. 12, p. 7-39, mar. 2010

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2010-2015**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2015/Analise_do_VAB_dos_grandes_setores_de_atividades_2010_2015.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

LEITE Anderson Pereira V.; PEREIRA Roberto Maximiano. Matriz Insumo- Produto da Economia Baiana: Uma análise estrutura e subsídios às políticas de planejamento. **Revista Desenbahia**, Salvador, n. 13, p. 99-126, set. 2010;

HOLANDA, Nilson. **O BNB como Banco de Desenvolvimento**: características, limitações e potencialidades. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1974.

MENEZES, Vladson B. Evolução e alternativas de inserção industrial: uma proposta para a Bahia. **Cadernos de Análise Regional**, Salvador, ano 4, n. 4, p. 43-69, maio 2001.

MULLAINATHAN, S. e SHAFIR, E. **Escassez**: Uma nova forma de pensar a falta de recursos na vida das pessoas e nas organizações. Rio de Janeiro: Best Business, 2016.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1960.

PEREIRA; PEREIRA; CAPANEMA, Análise Sistêmica de Efetividade - uma contribuição do BNDES. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, n. 8, 2014. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/efetividade/RBMA_08_AnaliseSistemicaEfetividade_Funtec.pdf> . Acesso em: 25 jan. 2016.

PERROUX, François. O conceito de Pólo de Desenvolvimento. In: SCHWARTZMAN, J.(Org.). **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977. p. 145- 156.

ROSSI Marta Cristiane T.; ALCOFORADO Ihering Guedes. Por uma nova estratégia de Desenvolvimento Regional: Aliança entre Redes Produtivas Globais e os Clusters Regionais. **Revista Desenbahia**, Salvador, n. 12, p. 159- 186, mar. 2010

SALGADO Lucia Helena; FIUZA Eduardo. **Marcos Regulatórios no Brasil**. Revendo o papel do Estado após a Crise Financeira. Disponível em: <www.ipea.gov.br/agencia/images/.../Livro_5Jornada_revendoopapel.pdf>. Acesso em 15 jan. 2016.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova Cultural, 1982

SILVA Michael G.; XAVIER Clécio L.; DA SILVA Vanessa P.; LIMA Débora Juliene P. Comércio Internacional e “Doença Holandesa”: evidências empíricas sobre o processo de desindustrialização da economia brasileira. **Revista Desenhahia**, Salvador, n. 17, p. 155-178, set. 2012

SILVA Rômulo P.; PEDROSO Ludmila G.; LAGES André Maia G. Desenvolvimento e Competitividade: Uma Ferramenta de Fortalecimento das Cadeias Produtivas de Leite nos Estados Nordestinos. **Revista Desenhahia**, Salvador, n. 21, p. 203-264, set. 2015.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Nova cultural, v. 2, 1996.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. **A trilha perdida**: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: Unifacs, 2011.